

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 21 | Número 3 | Ano/período: 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i3.14077

ISSN: 2763-8804

Explicando o racismo no Brasil usando Lélia Gonzalez em sala de aula:

possibilidades de construir uma aula antirracista.

Denise Cerveira Tavares ¹  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

TAVARES, Denise Cerveira. Explicando o racismo no Brasil usando Lélia Gonzales em sala de aula: possibilidades de construir uma aula antirracista. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 3, p.103-118, abri/set 2022.

Recebido em: 16/11/2022 | Aprovado em: 05/12/2022 | Publicado em: 21/12/2022

¹ Bolsista no Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo -UPF, Especialista em Educação Superior- Santa Fé ,Graduada em Turismo e Hotelaria pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Graduada em História Licenciatura pela UNINTER e Técnica em Produção Cultural pelo Instituto Educacional Tecnológico do Maranhão-IEMA . Membro do grupo de pesquisa Núcleos de Estudos Memória e Cultura (NEMEC)-UPF. Atuante nas áreas da Educação a Distância (EAD), História, Cultura e Turismo. <http://lattes.cnpq.br/2336071995182206> <https://orcid.org/0000-0003-2620-3503>

Explicando o racismo no Brasil usando Lélia Gonzalez em sala de aula: possibilidades de construir uma aula antirracista.

Resumo

Este trabalho versa sobre o conceito de racismo no pensamento de Lélia Gonzalez e da possibilidade de seu uso, a partir de leituras de trechos de suas obras (citações) em sala de aula. A questão que orienta este trabalho é: como o modo de compreender o racismo no Brasil, através do pensamento de Lélia González, pode ser efetivo no uso de sala de aula? Acredita-se que, como hipótese, os estudantes sairão compreendendo como se manifesta o racismo no seu dia a dia, assim como irão compreender o que significado ser “miscigenado” e porque o uso de tal termo, e, principalmente, habilidades de perceber o racismo oculto poderão ser desenvolvidas, bem como certas estruturas coloniais racistas se perpetuam atualmente. O referencial bibliográfico é o método que guia a escrita, com foco nas obras de Gonzalez. Conclui-se que é imperativo adicionar Gonzalez, como uma intérprete do Brasil, no currículo de História, podendo ser utilizada de maneira interdisciplinar, para que os alunos percebam que uma mulher negra pensou como o Brasil foi fundado por um racismo e colonialismo, e que definiu o que é esse racismo típico do Brasil, bem como, propôs críticas, formas de combate e maneiras de nos identificarmos como latinos, americanos e africanos ao mesmo tempo (ladinoamefricanos).

Palavras-chave: Amefricanidade. Ensino. Lélia Gonzalez. Racismo.

Explaining racism in Brasil using Lélia Gonzalez in the clasroom: possiblities for building an anti-racist class.

Abstract

This work is about the concept of racism on Lélia González's thought and the possibility of it use, from reading of excerpts from her works (quotes) in classroom. The question that guides this work is: how the way of comprehension the racism in Brazil, trough the thought of Lélia González, could be efective in the classroom use? It is believed that, as hypothesis, the students will leave the class understanding how racism manifests itself in the daily lives, like this they will be able to understand what means "mixed race" and why the use of such term, and, mainly, the skills of perceiving hidden racism can be developed, how certain racist colonial structures are currently perpetued. The bibliographic referencial is the method that guide the writing, focusing on González's works. It is concluded that is imperative to add her, like a interpreter from Brazil, um History curriculum, could be used in an interdisciplinary way, so that students understand that one black woman thought how Brazil was founded by typical Brazilian racism, as well as proposes the criticisms, way of combat and ways of indentification as latins, americans and africans at the same time (ladinoamefricans)

Keywords: Amefricanity. Teaching. Lélia González. Racism.

Explicar el racismo en Brasil a através de Lélia Gonzalez en el aula: posibilidades para la construcción de una clase antirracista.

Resumen

Este trabajo aborda el concepto de racismo en el pensamiento de Lélia González y la posibilidad de su uso, a partir de lecturas de extractos de sus obras (citas) en el aula. La pregunta que guía este trabajo es: ¿cómo la forma de entender el racismo en Brasil, a través del pensamiento de

Lélia González, puede ser efectiva en el uso del aula? Se cree que, a modo de hipótesis, los estudiantes comprenderán cómo se manifiesta el racismo en su vida cotidiana, así como comprenderán qué significa ser "mestizo" y por qué el uso de tal término y, sobre todo, pueden desarrollarse habilidades para percibir el racismo oculto, así como ciertas estructuras coloniales racistas se perpetúan actualmente. La referencia bibliográfica es el método que guía la escritura, centrándose en la obra de González. Se concluye que es imperativo agregar a González, como intérprete de Brasil, en el currículo de Historia, que pueda ser utilizado de manera interdisciplinaria, para que los estudiantes se den cuenta de que una mujer negra pensó cómo Brasil fue fundado por el racismo y el colonialismo, y que definió lo que es ese racismo típico en Brasil, además de proponer críticas, formas de combatir y formas de identificarnos como latinos, americanos y africanos a la vez (ladino-amefricanos).

Palabras clave: Ameafricanidad. Enseñando. Lelia González. Racismo.

Este trabalho versa sobre como, o porquê e o para quê se pode adicionar nas escolas, já a partir do 9º ano e em especial durante o ensino médio, o conceito de racismo no pensamento de Lélia Gonzalezⁱ, destacando seus estudos sobre a identidade latina e abordando, de modo que os estudantes se aproximem de uma literatura realizada por uma mulher negra que narrava e refletia, de maneira popular, o que é o racismo no Brasil. Além do conceito de racismo, pensado como sintoma de uma neurose cultural que possui raízes históricas com obras consagradas da historiografia nacional, oportuniza-se, também, inserir seu conceito de amefricanidade, discutido como uma possibilidade de identidade do povo nacional perante o continente americano.

Nesse viés, interessa-nos fazer o estudante compreender como Lélia Gonzalez constrói sua crítica sobre o tema, seu entendimento acerca do racismo e como sua compreensão do racismo no Brasil adiciona para entender nossa formação histórica e nosso presente, que é marcado por violência racial, de modo que os estudantes se identifiquem com as realidades e o linguajar narrado pela pensadora, refletindo o seu dia a dia. Além disso, oportunizar a leitura à partes de sua obra (citações selecionadas), dado que escola pública é a instituição responsável pela construção das identidades, da formação de valores éticos e morais, além de ser obrigatório refletir sobre a produção afro-brasileira a partir de uma educação antirracista, como apresentam o Plano Nacional de Implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), dentre outras documentações.

As obras que podem ser abordadas como leitura para os alunos, trabalhadas em trechos recortados pelo docente, são: Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984); Lugar de Negro (1982); A categoria político-cultural de Amefricanidade (1988). Seu uso

pode ser disciplinar, cabendo nas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura e História, ou de maneira interdisciplinar e/ou transdisciplinar. Por tal motivo, a metodologia que abrange esta escrita é de pesquisa, leitura e resumos de conceitos centrais para a compreensão do racismo no Brasil, como Kabengele Munanga (2006), Silvio Luiz de Almeida (2019), Gilberto Freyre (1998), dentre outros, além de uma revisão bibliográfica das obras de Lélia já citadas.

A questão que orienta este trabalho é: como o modo de compreender o racismo no Brasil, através do pensamento de Lélia González, pode ser efetivo no uso de sala de aula? Acredita-se que, como hipótese, os estudantes sairão compreendendo como se manifesta o racismo no seu dia a dia, assim como irão compreender o que significado ser “miscigenado” e porque o uso de tal termo, e, principalmente, habilidades de perceber o racismo oculto poderão ser desenvolvidas, bem como certas estruturas coloniais racistas se perpetuam atualmente; sempre tendo por horizonte uma educação de base antirracista, que faça tomar consciência e introduza a luta e resistência. Desse modo, vários conceitos essenciais para nossa democracia podem ser introduzidos por meios de trechos das obras de Lélia González

Elaborado a partir do alcance do objetivo, este artigo apresentará a seguinte estrutura: na primeira parte, introduzirá e desenvolverá os conceitos centrais de racismo por variados autores, favorecendo uma visão histórica. A segunda parte inclui desenvolver uma pequena reflexão sobre a atualidade do conceito de racismo pensado pela autora. A terceira parte inclui uma discussão densa sobre racismo como neurose cultural e denegaçãoⁱⁱ, mas percebendo que não são termos complexos demais para serem apreendidos, visto que a forma como a autora explica torna didática sua assimilação. Por fim, a ideia de racismo encontra o conceito de identidade americana, o tal de amefricanismo, fazendo imergir inúmeras reflexões e inquietações nos leitores.

RACISMO: Conceito e Historicidade em resumo

O conceito de raça emerge, para o pensador Silvio Luiz de Almeida (2019), diante da contradição do projeto iluminista e liberal que apregoava liberdade e igualdade sob o signo do conceito de humanidade, perante a Revolução Haitiana de 1804. A razão impulsionou um colonialismo que entoava a necessidade de civilização, bem como a escravidão dos negros – considerados povos de selvagens sem história. Eis que surge a escravidão justificada pela ciência e pela razão, um racismo dito científico que buscava o progresso e a ordem, onde as raças não podem misturar-se, pois que os negros eram fatores de degeneração do “humano”. A biologia africana corrompe a sociedade europeia, nesse ponto de vista (SANTOS, BARBOSA e SILVA, 2020).

Existirá um desvencilhamento de “raça” como um valor biológico para ser apreendida como uma construção social. Kabengele Munanga (2006), é quem chama atenção para esse fato, criticando o conceito universal de homem, de que todos somos um pouco de tudo, misturados racialmente, fazendo com que, do ponto de vista biológico, a ideia de diferentes raças humanas seja considerada um absurdo.

Todavia, no Brasil, apesar dessa separação, o racismo continua existindo, não como elemento biológico, mas “[...] sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas” (MUNANGA, 2006, p. 52). Assim, raça é uma construção social para lidar com a própria história nacional, para significar determinadas relações sociais e hierarquizar grupos, classes e suas representações simbólicas, políticas e históricas.

No Brasil, existe uma vertente da história sobre como houve o rompimento entre raça enquanto biologia, ou seja, mecanismo de eugenia para a dominação e higienização da sociedade (SANTOS; BARBOSA e SILVA, 2020), justificando assim o racismo, para com o conceito de raça como construção social, onde não haveria a necessidade de se pensar o racismo do ponto de vista científico, dado que a própria ciência negara a ideia de diferentes raças humanas. Tal vertente é teoria da mestiçagem do sociólogo Gilberto Freyre, onde haverá uma ideia de democracia racial e elogio colonial (FREYRE, 1998; REIS, 2006; DOMINGUES, 2005).

Em resumo, o racismo como conceito em Lélia Gonzalez nasce na crítica ao mito da democracia racial de Gilberto Freyre, presente em sua obra “Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal” (1998), que tinha por objetivo justificar uma boa convivência na mestiçagem, ou seja, na mistura racial colocada sem violência extrema, mas sob o enfoque de trocas culturais, assim, nesse pensamento o negro africano no Brasil era adaptado a uma escravidão “mais branda” a qual era colocada pelos portugueses e compreendido como democracia racial.

Diante disso, é inevitável que os estudantes devam ter contato com o conceito de “Democracia Racial” e de “mestiçagem” antes de ler trechos das obras de Lélia, porque é o que funda, o ponto de partida, de sua tese. Para isso, vários exemplos do dia a dia podem ser abordados com os alunos, para que eles tomem consciência de que não vivemos numa sociedade onde negros e brancos são iguais em direitos democráticos; e que a ideia de ser um mestiço, ou seja, alguém “misturado”, e por isso isento de definição e desigualdades, é um erro e, por vezes, um erro proposital, com o intuito de manipular e manter a maioria desse país, que é a população negra, como uma minoria, menores e sem força, que vivem nas periferias dos lugares e das mentes.

Contudo, é imperativo localizar o “racismo à brasileira”, que será discutido adiante.

O racismo no contexto histórico brasileiro segundo Lélia Gonzalez.

Lélia Gonzalez desenvolveu seu pensamento contra um discurso da mestiçagem e revelando uma outra face da formação do Brasil é bastante atual e significativo. Suas obras penetram em assuntos diversos, perpassando o movimento negro no Brasil, a construção da identidade do povo negro, a história da cultura africana e sua relação com a cultura ameríndia, e também em relação à situação das mulheres negras e o controle sobre seus corpos e mentes como objetos políticos e sexuais. Apesar disso, Lélia é pouco estudada ou considerada como intelectual marginal no ambiente acadêmico, contudo, aqui ela é reconhecida como uma intérprete do Brasil.

As citações de suas obras recortadas a seguir já devem compor, em nossa proposta de leitura das obras da autora por trechos, atividades com os estudantes de leitura, compreensão, interpretação e debate em grupo.

Para Lélia Gonzalez (1984), boa parte da compreensão do que é o racismo pode ser compreendido na relação de dominação que o colonizado possui para com o colonizador onde, como demonstra na seguinte citação:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (...) Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1984, p. 225, 226).

O que os estudantes devem compreender e discutir a partir desse trecho? Que o racismo possui historicidade que marginaliza, criminaliza, forçadamente empobrece, torna ignorante e infantiliza o negro na sociedade brasileira como de maneira “natural”. O que essa compreensão revela como interpretação para florescer um debate com intencionalidade antirracista? Que tal argumento é a justificativa para que se mantenha o controle racial sobre os negros e, assim, justificar a superioridade branca e a desigualdade social, econômica e política.

Seu conceito de racismo busca superar o mito de que contribui mais à cultura brasileira devendo ter por foco dos pesquisadores tais contribuições, esquecendo o

conceito de raça e as consequências do racismo. Certamente, Gilberto Freyre (1988) é quem mais contribuiu para essa visão, pois de acordo com João José Reis (2006), sua interpretação do Brasil propõe uma abordagem empática da realidade social arranjada pela subjetividade dos tipos empreendidos pelo autor, como a Casa Grande e a Senzala, os Sobrados e os Mocambos, a Ordem e o Progresso dos portugueses, “reelogiando” a colonização, como a indica a citação a seguir:

[...] Seu reelogio do passado é uma exaltação, uma idealização. Para ele, é injusto acusar os portugueses de terem manchado com a escravidão a sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiram o escravo. A princípio, o índio. Quando este, por incapaz e molengo, não correspondeu mais às exigências da agricultura colonial, veio o negro. [...] o índio falhou(!) no trabalho sedentário. Teria sido mesmo um crime transplantar e escravizar o negro? Para alguns, ele responde, e inclusive Varnhagen, mencionado por ele, foi um erro e enorme. Mas, e Freyre continua em defesa dos colonizadores portugueses, ninguém nos disse até hoje que outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português no Brasil [...] (REIS, 2006, p. 56).

Existe, consoante à citação, uma interpretação de uma identidade brasileira que não mereceu sua colonização, e que deve repensar sua cultura complexa. Considerado isto, focar na miscigenação histórica do país é defender uma tolerância étnica que esconde inúmeras opressões, desde sexuais, políticas, econômicas, sociais, religiosas e outras, que tende a revolucionar, mas conservando (GUIMARÃES, 2001; REIS, 2006).

A partir disto, surgiu uma ideia de suposta democracia racial no Brasil onde pretos e brancos convivem harmoniosamente, ambos com iguais oportunidades e direitos, ou seja, há, e sempre houve desde tempos coloniais segundo a mentalidade de alguns, uma igualdade racial, e essa formação histórica deve ser motivo de orgulho, já que nunca precisamos passar por revoluções violentes envolvendo uma “guerra entre raças” (NASCIMENTO, 1978; DOMINGUES, 2005).

Contudo, a história do negro (por ele contado) narra fatos contrários. Foram mais de 350 anos de escravidão com escravos vindos de diversas rotas transatlânticas África-Brasil e, após 1888, a Lei Áurea libertara o país da escravidão, abolindo-a, em 1889 o Brasil fez-se República, e concedeu a todos os brasileiros o direito à cidadania, ao menos, no papel. Petrônio Domingues comenta:

[...] do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. No entanto, não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV, da Constituição de 1988, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição

na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República. Assim, a inexistência da igualdade política anulava, na prática, muito dos supostos avanços da teoria. Neste novo contexto, os negros continuaram em desvantagem frente aos brancos e não podiam concorrer em condições paritárias, a cor não deixou de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou do grupo (DOMINGUES, 2005, p. 02, 03).

Ora, historicamente observado, como dizer que há uma horizontalidade democrática racial onde brancos e negros estão no mesmo patamar social, político e econômico? É tal absurdo que configura o contexto do pensamento de Lélia Gonzalez, que ao olhar para trás, compreende os efeitos na memória acionada pelo presente e investiga o quanto esse passado encarna nas subjetividades do cotidiano racista em que vivemos.

É nesse contexto que Lélia aprofunda suas análises sobre o conceito de racismo

O conceito de racismo como neurose cultural na perspectiva de Lélia Gonzalez

Em Lélia Gonzalez (1982, 2018), o racismo se apresenta como sintoma de uma neurose cultural que sustenta uma lógica de dominação racial que não é neutra, nem epistemologicamente, nem politicamente, e vários exemplos do cotidiano sustenta sua tese, exemplos que podem ser usados em sala de aula, estimulando os estudantes a apresentarem e debaterem novos exemplos da atualidade.

A ideia de racismo, para a autora, se manifesta na obra “Lugar de Negro” (1982), em parceria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, e na obra “Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa” (2018), onde nela se encontra a seguinte definição: “o racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia a determinados interesses” (GONZALEZ, 2018, p. 97, grifos nosso); ou seja, para a autora, o racismo é uma construção com propósito de produzir práticas e alcançar certos objetivos e vontades de um grupo que dele se beneficia.

Nessa obra a autora contextualiza o negro na sociedade brasileira contemporânea, onde este aparece como mão de obra barata, ou seja, não qualificada para a exploração do capital e manutenção e aprofundamento das diferenças. Essa tese é reforçada no nosso cotidiano onde percebemos o negro num “Lugar Natural”, como diz Gonzalez (1982, p. 15):

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os

diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjunto “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

Assim sendo, o lugar do negro é aquele que não foi feito para o branco: o lugar marginal e sem estruturas necessárias para viver uma vida boa, uma vida com dignidade. Perpetua-se, então, a escravidão; dado que os efeitos são eventos naturais dentro de nossa atual sociedade.

O estímulo de uma compreensão e interpretação desse trecho, em sala de aula, proporciona aos alunos habilidades de entender o racismo a partir de uma comparação com outras épocas do Brasil e com outras obras, como as que comparam Casa-Grande e Senzala; além de fazer compreender outros conceitos, como o de segregação dos espaços urbanos (segregação socioespacial) e a gentrificação, iniciando uma interdisciplinaridade com a Geografia, enriquecendo os debates.

O racismo é, então, de muitas faces, tendo uma caracterização específica no Brasil, chamando especial atenção à Gonzalez, que vê no cotidiano sua forma mais complexa. É o que a autora chama de racismo à brasileira, que é resultado da fusão entre a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, algo que discutiremos com mais precisão no capítulo seguinte (GONZALEZ, 1982). Esse racismo à brasileira encontra-se manifesto tanto nas instituições nacionais fundadas por e pelo capitalismo e racionalismo de uma burguesia branca detentora dos meios de produção, quanto a sua outra faceta, que está implícita, mascarada e de difícil discussão, que acaba por fazer toda a sociedade enterrar o preconceito. Este último, Gonzalez entenderá como a neurose cultural do brasileiro.

O que é a neurose cultural do brasileiro e qual sua relação com o racismo? Em termos psicanalíticos, é o fato do branco ser considerado o “ideal do ego” (GONZALEZ, 1982, p. 55). Ainda em Lugar de Negro, o relato pessoal de Gonzalez de quando sofreu racismo seguido do oportunismo em que um político negro deixa claro que a pauta racial é importante, mas é do “outro”, dando vazão à um assimilacionismo político que em nada contribui para o Movimento Negro.

Fui designada pelos companheiros do movimento para levar nossa plataforma política a um famoso e respeitado candidato da oposição, que é negro. Na sala de espera de seu escritório, fui abordada por uma jovem recepcionista, “morena queimadinha”, que foi logo me dizendo: “Escuta aqui, minha filha, se você veio aqui para pedir emprego ao Dr. (...), nem adianta, porque ele não vai te receber”. Por aí se vê que, de acordo com sua bela cabecinha, uma crioula querendo falar com o candidato, só podia ser para pedir emprego... Após uma verdadeira odisseia, consegui ser levada à presença do Dr. (...), que leu atentamente o documento que lhe entreguei. Após isso, me disse solidariamente: “Mas é claro que eu apoio todas essas reivindicações porque, afinal de contas, o problema de vocês é muito sério”. Ao que lhe retruquei: “De fato, Dr. (...) muito mais sério do que a gente pensava até aqui e agora. Pois é... desnecessário dizer que nem durante sua campanha foi levantada a questão do negro. [...] (GONZALEZ, 1982, p. 55, 56).

Vê-se o fruto do poder colonial que construiu, com sucesso, sua cultura de embranquecimento, onde o ego ideal é o branco, causando uma “fobia de negro” no próprio negro, que não se assume enquanto negro, estando mais próximo, mais reconhecido com o branco, numa neurose de negro da Casa-Grande. Aos estudantes, vários exemplos podem surgir onde as pessoas brancas são as preferidas em várias ocasiões, indo da prática de esporte aos desfiles e concursos de beleza, bem como falas ofensivas que escondem um falso apoio à bandeira da luta negra. Por isso Gonzalez trata essas questões como uma neurose cultural, porque a autora compreende isso como uma patologia clínica-social, um mecanismo de ocultamento e negação psicanalítico.

Gonzalez (1984, p. 224) afirma: “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”. Baseada em termos psicanalíticos de Freud e Lacan, como “desejo”, “objeto parcial” e “neurose”, a autora intenta praticar uma análise do lugar do negro, em especial da mulher preta, desenterrando os signos por trás de termos como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”. Funda-se, portanto, na metodologia que a análise recupera aquilo que a lógica descarta, “[...] a análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica domestica” (MILLER, 1976, p. 17, apud GONZALEZ, 1984, p. 225), assim, a autora recupera, por termos comparativos, aquilo que está na lata de lixo da sociedade brasileira, descartados pela lógica da dominação branca e paternalista: o negro e, essa articulação entre o racismo e o sexismo que sempre fora tratada como apartadas ente si, mas devemos aprendê-la a partir do fenômeno de identificação do dominado com o dominador (OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA, MONTEIRO DOS SANTOS; SILVA, 2022).

Gonzalez localiza uma cultura recalcada criada para a negação da nossa memória e fortalecimento da identificação entre dominado e dominador. O principal sintoma do

nosso racismo neurótico é esse “à brasileira” – racismo à moda dos brasileiros, de denegação. Como bem destaca Gonzalez (2011, p. 73):

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos dos estilhaçamentos, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (limpar o sangue, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2011, p. 73).

Ainda, Gonzalez é clara ao informar que vivemos dois tipos de racismo: o aberto e o disfarçado. O aberto é aquele onde a miscigenação é impensável porque existe a ideia de pureza e superioridade do grupo branco, onde a separação social (Apartheid) é o modelo acabado dessa ideologia. E o racismo disfarçado é o que Lélia chama de “racismo por denegação”, com a presença da miscigenação, da assimilação e da democracia racial, formas comuns na América Latina (GONZALEZ, 1988).

Portanto, tal democracia racial, pois mais que seja mentirosa, existe. Ela é um mito, e tal como o mito, resiste à racionalidade humana, não importando se é verdade ou não. Ela estilhaça a realidade e penetra a inconsciente nacional (SCHWARCZ, 1993, 1999; DaMATTA, 1987; GUIMARÃES, 2001). Tomando como exemplo, podemos citar frases comuns do dia-a-dia, partindo das ideias de Gonzalez, do tipo: “essa é uma negra bonita, de traços finos e exótica! ”; “pensa que eu sou tuas negas? ”; além de outros termos como “a coisa tá preta! ”, “mercado negro”, “cabelo ruim”, “denegrir”, “criado-mudo”, dentre outros. Todos estes remetem à ideia de inferioridade do negro em relação ao branco. Somos literalmente neuróticos com esses termos, e tais podem devem aparecer em sala de aula, pois eles surgem, querendo ou não, porque são parte do que é o currículo oculto.

A partir disto, Lélia defenderá que somos “amefricanos” ou “ladinoamefricano”.

Somos ladino amefricanos!

Nossa formação real histórica perpassou “uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d [...] América ladina [...] Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os ‘pretos’ e os ‘pardos’ do IBGE) são ladinoamefricanos [...]” (GONZALEZ, 1988, p. 69).

A ideia de classe aqui é a de latinos, os subalternos dentro da sociedade de classes capitalista global. Foi com o contato da autora com outros negros, organizados em comunidades ou movimentos, pela América latina e central, que a autora sacou a forte presença afro tanto na língua quanto na cultura, além de uma espécie de continuidade de subalternidade pós-colonial que aliena à todos de sua condição, como afirma a pensadora:

“[...] Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo viés ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêtricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional”, etc. que minimizam a importância da cultura negra” (GONZALEZ, 1988, p. 70).

Para a autora, portanto, temos que reconhecer a cultura denegada racista que nos foi imposta e abraçarmos nosso afrocentrismo. Tal citação a seguir é de suma importância para debater em sala de aula:

A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “Négritude”, “Afrocentricity” etc. (GONZALEZ, 1988, p. 76, grifos da autora).

É por esse viés de união política africana do ladinoamefricano que a autora argumenta pela continuidade da resistência, principalmente contra quem domina as estruturas de poder e que ganham com o racismo disfarçado de democracia racial no Brasil.

Por fim, um último trecho faz da leitura de Lélia essencial nas escolas, quando ele defende uma Améfrica contra a colonização, que foi o fenômeno de poder cuja nossas raízes se fixam.

Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/americanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como à daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcel das mais diferentes instituições dessas sociedades.

Portanto, é imperativo fazer com que os estudantes pensem sobre o que é ser negro no Brasil, bem como o que é ser americano. É a partir desse saber diaspórico que o conceito da autora buscar diagnosticar, debater, rebater e construir alternativas contra o racismo no Brasil. Destarte, elaborar tais leituras, em metodologia livre, à serviço dos professores, indo de saraus à seminários, certamente incentivará os alunos a procurar por autores mulheres e negras, por pessoas que pensam a história do Brasil pelo viés negro e americano, e não pelos olhos da Europa.

Considerações finais

Lélia Gonzalez compreende que o racismo no Brasil é oriundo das heranças escravocratas a qual aqui se desenvolveu de forma específica. Tal especificidade advém de um recalque, uma denegação a existência do próprio racismo, de modo a compará-lo com o racismo aberto e institucionalizado por leis, que acabam por segregar as liberdades dos negros nos espaços públicos. Assim, por não haver apartheid, nossa sociedade lidou com o racismo, como se ele não existisse.

Ler sua obra em sala de aula proporciona o seguinte: diagnosticar o racismo no Brasil; compreendê-lo como argumento em manutenção histórica para manter os negros sob poder; interpretar como o racismo se mantém na atualidade e perceber que ainda é instrumento de dominação; propor consciência crítica e atitude antirracista, de modo que possamos nos identificar como herdeiros de uma cultura rica, porém estraçalhada pelo colonialismo.

Assim, deve-se fazer compreender que nossa identidade, quem somos como nação, não é uma mistura racial harmônica e bela, é uma guerra que produz violência e desigualdades. Os alunos podem perceber isso na leitura das citações de suas obras aqui apresentadas, discutir e apresentar as ocorrências e tudo aquilo que eles percebem do racismo em suas casas, em sua rua, em sua escola e outros locais que frequentam, questionando a realidade.

Lélia Gonzalez precisa ser mais estudada e pesquisada, precisa estar presente nos currículos de Ensino Básico e Superior, para trabalhar a desconstrução de nossa suposta “democracia racial”, revelando nossa neurose cultural racista que nos impede de reconhecer o quanto nossa sociedade foi fundada no racismo e assim se mantém atualmente, mascarada por relações de afeto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli

Carneiro: Pólen, 2019.

BRASIL, Plano Nacional de Implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 10 mar. 2004. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf> Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Presidência da República [do Brasil], Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/L10.639.html>. Acesso em: 18 de jul. 2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 jul. 2020.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.

DOMINGUES, Petrônio. O Mito da Democracia Racial e a Mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, nº 1º, **Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas**, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>> Acessado em: 19 jul. 2022.

FREYRE, G. de M. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Ed. 34. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GUIMARÃES, A. S. A. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. ANPOCS, ANAIS do 25º Encontro Anual, 2001. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>> Acessado em: 13 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Lugar de Negro** / Lelia Gonzales e Carlos Hasenbalg – Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Rev. TB**. Rio de Janeiro, 92/93; 69/82, jan.-jun., 1988.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino, n.01 - Batalha de Ideias**. (2011). 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf> Acesso em: 16 jul. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>> Acessado em: 19 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. C. A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. Revista Interterritórios. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, BRASIL | V.6 N.10 [2020]. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/244895>> Acessado em: 19 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. C. A.; MONTEIRO DOS SANTOS, A. F.; SILVA, O. O. Interseccionalidade em Spivak e Lélia Gonzalez: a subalternidade que pensa, fala e produz “numa boa”. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n. 58., 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358214483_INTERSECCIONALIDADE_EM_SPIVAK_E_LELIA_GONZALEZ_A_SUBALTERNIDADE_QUE_PENSA_FALA_E_PRODUZ_NUMA_BOA> Acesso em: 18 jul. 2022.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC** / José Carlos Reis. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, R. A.; BARBOSA e SILVA. Racismo Científico no Brasil Pós-Escravatura. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/rce/article/view/11956/pdf>> Acessado em: 17 jul. 2022.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

ⁱ Lélia Gonzalez foi geógrafa, historiadora e filósofa formada, além de ser professora em algumas instituições de ensino federal. Mais do que isso, foi uma pensadora que contribuiu na releitura sobre o negro brasileiro de maneira fundamental. Particularmente, empregou olhar crítico acerca do pensamento social brasileiro intelectual que se debruçava na formação do Brasil, inserindo elementos de reflexão sobre a mulher negra.

ⁱⁱ O conceito de denegação (Verneinung) desenvolvido por Freud é o seguinte, como bem explicita a autora: “Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (Verneinung): “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros) ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (GONZALEZ, 1988, p. 69) ”.